

**Curso/Disciplina:** Direito Penal Especial

**Aula:** Crimes contra a Administração Pública

**Professor:** Marcelo Uzêda

**Monitora:** Vanessa Alves

## Aula nº 66

O artigo 335 do Código Penal foi revogado pela lei 8666 (Lei de Licitações)

### **Inutilização de edital ou de sinal**

Art. 336 - Rasgar ou, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público; violar ou inutilizar selo ou sinal empregado, por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

A Anatel por exemplo lacra para interditar uma operação de radio clandestina, o sujeito rompe o lacre para voltar a operar, neste caso comete o crime do art. 336 pois foi um funcionário da adm. Pública que fez o lacre. Sem prejuízo de responder pela operação clandestina da rádio quando voltar a operar.

O bem jurídico tutelado é o respeito a administração pública

Sujeito ativo: qualquer pessoa

Sujeito passivo: o Estado.

### **Elementos do Tipo:**

Rasgar – dilacerar

Inutilizar – tornar inútil

Conspurcar – sujar

Violar – não precisa ter acesso ao conteúdo.

**Objeto material:** edital na primeira figura. Selo ou sinal é o material na segunda parte

Dolo: não há forma culposa.

Tentativa: cabível

Exige-se perícia no objeto material para comprovar a materialidade

Competência: JECRIM

Pena: detenção de 1 mês a 1 ano ou multa

Ação Pública Incondicionada

### **Subtração ou inutilização de livro ou documento**

Art. 337 - Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

O art. 314 traz a mesma hipótese praticada pelo funcionário público. Neste caso é quando o particular pratica a conduta

Trata-se de crime expressamente subsidiário, a pena traz que só é aplicada se o fato não constitui crime mais grave, como por exemplo o art. 305 que é um crime contra a fé pública.

**Sujeito ativo:** qualquer pessoa menos o funcionário público atuando desta forma

Se o crime for praticado por advogado ou por procurador prevalece o art. 356, que trata dos crimes contra a justiça.

**Sujeito Passivo:** Administração. Pode um particular também ser prejudicado.

**Elementos do tipo:** subtrair (retirar, fazer desaparecer) / inutilizar

**Objetos materiais:** livro oficial (registro, atas, notas), que é exigido por lei. Documento em sentido amplo.

O tipo penal também se refere a processo, autos que pode abranger processos policiais, administrativos.

Este objeto tem que estar em custódia de funcionário público ou de um particular que esteja incumbido de guardá-lo

Não há modalidade culposa, tem que ter dolo, mas não exige finalidade especial.

O crime é instantâneo e que exige um resultado material.

Tentativa: Admissível

Ação Penal Pública Incondicionada